Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2021

ELF LOCADORA DE VEÍCULOS - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede no município de Porto Alegre/RS, à Av. Brasil, 827, Bairro Navegantes, CEP 90.230-061, inscrita no CNPJ sob o nº 07.447.405/0001-11, devidamente cadastrada e qualificada no procedimento licitatório em epígrafe, através de seu representante legal abaixo signatário, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO da licitante MLINCK TRANSLOG LTDA., já qualificada, dentro do prazo legal, pelas razões que passa a expor.

1 - SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS

Trata-se de Recurso Administrativo apresentado pela licitante MLinck Translog Ltda., no qual insurge-se contra a sua inabilitação do certame por descumprimento ao item 6.1.7 do Edital, assim redigido:

6.1.7. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei.

Em suas razões, a recorrente alega que a exigência constante do edital de abertura é desproporcional e desarrazoada.

Contudo, tais alegações não merecem prosperar, como se passará a expor.

2 - DO MÉRITO

Conforme narrado, a empresa MLINCK TRANSLOG LTDA foi desabilitada do certame por descumprimento ao item 6.1.7. do Edital.

Cumprir esclarecer que a licitação terminou empatada e foi decidida por sorteio, razão pela qual não se pode falar em vantagem econômica para a administração pública, ao contrário do alegado no recurso.

No caso, a recorrente se limita a invocar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para fins de requerer a sua manutenção no certame, deixando de ingressar nas razões de mérito da decisão da pregoeira.

Com efeito, deixou de comprovar que possui Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei.

Não se trata de um critério ficto, como referido pela empresa recorrente, mas de um balisador matemático real e objetivo.

A apresentação de proposta e de documentos de habilitação serve para a Administração verificar previamente a qualificação das proponentes, a fim de certificar-se que contratará empresa idônea, com qualificação suficiente para executar o futuro contrato. Para melhor compreensão da matéria, imprescindível se faz transcrever os ensinamentos do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, senão vejamos:

"Habilitação ou qualificação do proponente é o reconhecimento dos requisitos legais para licitar, feito em regra, por comissão [...] A Administração só pode contratar com quem tenha qualificação para licitar, ou seja, o interessado que, além da regularidade com o Fisco, demonstre possuir capacidade jurídica para o ajuste; condições técnicas para executar o objeto da licitação; idoneidade financeira para assumir e cumprir os encargos e responsabilidades do contrato". (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 11ª ed. Malheiros: São Paulo: 1996, p. 114)

No caso concreto, ao deixar de comprovar o capital mínimo, a empresa licitante incorre nas penalidades previstas no Edital, devendo ser desabilitada.

É de suma importância a previsão legal do artigo 3º, art. 41 e art. 55, XI, todos da Lei Federal 8.666/93, que dispõem que a Administração está estritamente vinculada ao edital convocatório, vejamos:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. "

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

"Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor. "

Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital.

Sobre o tema, julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

REMESSA NECESSÁRIA AVOCADA. APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EXTEMPORÂNEA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 1. O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, conforme entendimento consagrado na doutrina e jurisprudência, traduz-se na obrigação da Administração e do licitante em observar as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada, portanto, poderá ser criado ou feito sem expressa previsão no edital do certame. Precedentes desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. 2. Apresentação de documentos em momento posterior ao ato de credenciamento e comparecimento ao pregão presencial, conforme previsão no edital. Os requisitos de habilitação devem ser aferidos quando do momento próprio definido no instrumento convocatório, pois a convalidação posterior implica prejuízo a todos aqueles potenciais licitantes que não participaram do certame em face do momentâneo não preenchimento dos requisitos legais e administrativos. In casu, o que se constata, é a tentativa da Administração Pública de convalidar equívoco lacunoso no proceder da empresa vencedora posteriormente ao definido no edital do certame. O momento para atendimento das taxativas exigências do edital, em se tratando de pregão presencial, era o ato de credenciamento e comparecimento à sessão pública do pregão, o que não ocorreu, havendo desatendimento ao Instrumento Convocatório.. 3. Ademais, o artigo 43, 3º, da Lei nº 8.666/93, aventado pela municipalidade, é tranqüilo ao facultar à comissão ou autoridade, em qualquer fase do certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, o que incorretamente ocorreu na hipótese em julgamento. 4. Manutenção da sentença pela eliminação da empresa vencedora por vício de representação na fase competitiva do certame. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO E CONFIRMARAM A SENTENÇA EM REMESSA NECESSÁRIA. UNÂNIME.(Apelação Cível, Nº 70082706540, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Laura Louzada Jaccottet, Julgado em: 28-10-2020) – grifo nosso-

Assim, deve ser mantida a decisão de inabilitação da licitante MLINCK TRANSLOG LTDA, pois de acordo com as suas demonstrações contábeis não demonstrou que possui Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação:

CÁLCULO DO VALOR MÍNIMO DE ACORDO COM O EDITAL 6.1.7:
R\$ 411.045,00 x 16,66% = R\$ 68.480,09

CÁLCULO BASEADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA MLINCK:
ATIVO CIRCULANTE: R\$ 289.408,23 - PASSIVO CIRCULANTE R\$ 228.309,38 = R\$ 61.098,85

O VALOR É INFERIOR AO PREVISTO E EXIGIDO NO EDITAL

Não há como se falar em desproporcionalidade da aplicação das regras do edital referente ao Capital Circulante Líquido, conforme já decidiu o Tribunal de Justiça Estadual em caso análogo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTES EM AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO E AVANÇADO (UTI-MÓVEL). GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO OU CAPITAL DE GIRO DE, NO MÍNIMO, 16,66% DO VALOR ESTIMADO DA PROPOSTA. CAPACIDADE FINANCEIRA DA EMPRESA. SUSPENSÃO DO CERTAME. LIMINAR. INDEFERIMENTO. A exigência prevista no subitem 12.3.3. do Edital de Pregão Eletrônico promovido pelo Grupo Hospital Conceição, quanto à qualificação econômico-financeira do participante, de comprovação do capital circulante líquido ou capital de giro de, no mínimo, 16,66% do valor da proposta, não conflita com o art. 31 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93). Trata-se de exigência destinada a atestar a imediata capacidade financeira da empresa participante, devendo ser analisada sob a ótica do interesse público e da certeza de que as obrigações assumidas pelo vencedor do certame serão devidamente cumpridas, dada sua importância, que diz com a prestação de serviços de remoção de pacientes adultos, pediátricos e neonatais dos hospitais que compõem o Grupo Hospitalar Conceição, em ambulâncias de suporte avançado (UTI-Móvel). Previsão editalícia, a priori, que não se mostra desarrazoada, nem viola o princípio da concorrência. Impetrante que não comprovou determinada empresa participante seria a única em condições de contratar com o Poder Público (prova pré-constituída), não cabendo, em sede de mandado de segurança, dilação probatória. Manutenção da decisão que indeferiu a liminar de suspensão do certame. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.(Agravo de Instrumento, Nº 70068781111, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Aquino Flôres de Camargo, Julgado em: 30-06-2016) – grifo nosso -

No mesmo sentido, ementa de julgado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região:

EMENTA: Processual Civil e Administrativo. Pregão Eletrônico. Qualificação econômico-financeira dos licitantes. Demonstração de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante). A exigência de capital mínimo de 16,66 % do valor do serviço licitado apresenta-se razoável e usual, não se mostrando contrária às regras da Lei de Licitações. Precedentes. Agravo de instrumento improvido. (TRF-5 - AI: 08092785420164050000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES, Data de Julgamento: 23/05/2017, 4ª TURMA)

Dessa forma, devem ser observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital, cabendo à pregoeira decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, tudo na forma do artigo 4ª, incisos X, XI e XVI, da Lei 10.520/2002, que regula a modalidade do pregão.

3. DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto e do zelo e o empenho desta digníssima Pregoeira e sua Equipe de Apoio, em guardar o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da vinculação ao instrumento convocatório, requer-se, com toda Vênia, que seja rejeitado o recurso da empresa MLINCK TRANSLOG LTDA, por desatendimento ao item 6.1.7. do edital, com a homologação do resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2021.

Porto Alegre, 31 de Maio de 2021.

Fernando Della Flora

Fechar